Argo VI Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatórias	8
Demonstrações do resultado abrangente regulatórias	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da Argo VI Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo VI Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo VI Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo VI Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori

CRC 1SP245014/O-2

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota				Nota		
<u>ATIVO</u>	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.770	10.708	Fornecedores	13	1.144	388
Títulos e valores mobiliários	7.1	21.009	13.276	Encargos sociais e trabalhistas	14	185	_
Concessionárias e permissionárias	8	11.696	11.077	Obrigações tributárias	15	2.114	1.021
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	1.860	800	Obrigações regulatórias	16	1.147	1.093
Tributos a compensar		806	19	Dividendos a pagar		20.817	-
Despesas pagas antecipadamente	9	98	419	Contas a pagar - partes relacionadas	19	360	364
Outros Ativos		5.570	2.462	Empréstimos e Financiamentos	17	21.636	19.935
Total do ativo circulante		44.809	38.761	Debêntures	18	14.130	11.666
				Outros passivos		4.597	1.647
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		66.130	36.114
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	25.691	19.898	•			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.2	4.028	4.683	NÃO CIRCULANTE			
Almoxarifado		2.240	-	Empréstimos e Financiamentos	17	219.908	238.374
Imobilizado	11	577.621	545.392	Debêntures	18	75.509	84.048
Intangível	12	4.879	4.879	Contingências Passivas	20	957	567
Total do ativo não circulante		614.459	574.852	Obrigações vinculadas à concessão	11	83.490	33.531
				Total do passivo não circulante		379.864	356.520
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
				Capital social		215.600	215.600
				Reserva de lucros		215.698	212.579
				Prejuízos acumulados		(229.102)	(207.200)
				Dividendos adicionais propostos		11.078	(======================================
				Total do patrimônio líquido		213.274	220.979
				Tomi ao patrimonio nquito		213.274	220.717
TOTAL DO ATIVO		659.268	613.613	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO)	659.268	613.613
	./1 : 1 ./ :						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE			
Disponibilização do sistema de transmissão	22	103.032	97.063
RECEITA BRUTA		103.032	97.063
TRIBUTOS			
(-) PIS sobre faturamento	22	(1.746)	(1.632)
(-) COFINS sobre faturamento	22	(8.043)	(7.519)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22	(258)	(347)
FNDCT	22	(383)	(347)
MME	22	(187)	(174)
TFSEE	22	(392)	(306)
RECEITA LÍQUIDA		92.023	86.738
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Serviços de terceiros	23	(10.267)	(7.292)
Materiais	23	(369)	(106)
Arrendamentos e aluguéis	23	(328)	(34)
Pessoal e administradores	23	(3.113)	(206)
Tributos	23	(23)	(71)
Provisão para contingência	23	(389)	-
Seguros	23	(289)	-
Depreciação e amortização	23	(15.001)	(19.227)
Gastos diversos	23	(67)	138
RESULTADO DA ATIVIDADE		62.177	59.940
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		62.177	59.940
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	5.700	3.958
Despesas financeiras	24	(32.581)	(35.347)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	35.296	28.551
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25.1	(1.529)	(1.169)
Diferido	25.1	(655)	(438)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33.112	26.944

ARGO VI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.112	26.944
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	33.112	26.944
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.		

		Capital social		Reserva				
	Nota explicativa	Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		196.301	7.865	6.918	170.903	-	(176.487)	205.500
Aumento de capital com reversão de JCP		19.299	-	-	-	-	(19.299)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.944	26.944
Dividendos pagos		=	-	-	(11.475)	-	-	(11.475)
Constituição de reserva legal	21	-	2.883	-	-	-	(2.883)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	4.777	=	-	(4.777)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	21	<u> </u>			30.708		(30.698)	10
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		215.600	10.748	11.695	190.136	-	(207.200)	220.979
Lucro líquido do excercício		-	-	<u>-</u>	-	-	33.112	33.112
Constituição de reserva legal	21	-	2.751	-	-	-	(2.751)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	6.102	-	-	(6.102)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(462)	(462)
Constituição de reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	34.621	-	(34.621)	-
Dividendos intermediários	21	-	-	-	(40.355)	-	-	(40.355)
Dividendos adicionais propostos	21					11.078	(11.078)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		215.600	13.499	17.797	184.402	11.078	(229.102)	213.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		33.112	26.944
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o			
caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	655	438
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	24	(5.964)	(3.809)
Provisão de contingências passivas	20	390	-
Baixa de imobilizado	11	60	-
Depreciação e Amortização	11	15.001	19.227
Juros e variação sobre empréstimos	17	22.027	34.577
Juros e correção monetária sobre debêntures	18	10.303	-
Caixa gerado pelas operações		75.584	77.377
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	8	(619)	(2.023)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	475	-
Tributos a compensar	10	(41)	(541)
Despesas pagas antecipadamente	9	321	(150)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-
Almoxarifado		-	2.058
Outros ativos		(3.105)	(2.463)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	756	(802)
Imposto de renda e contribuição social		_	1.149
Encargos sociais e trabalhistas	14	185	_
Obrigações tributárias	15	1.093	254
Obrigações regulatórias	16	54	251
Contas a pagar - partes relacionadas	19	(4)	364
Outros passivos		2.950	745
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.535)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		76.114	76.219
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangivel	11	(317)	_
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(72.614)	_
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	68.157	3.168
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	,,,,	(4.774)	3.168
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(20.000)	(11.475)
Juros sobre capital próprio pagos		-	(12.776)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(19.584)	(27.276)
Pagamento principal de empréstimos	17	(19.208)	(25.874)
Pagamento de principal de debêntures	18	(10.128)	-
Pagamento de juros de debêntures	18	(6.250)	-
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(22.824)	-
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	19.716	5.591
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(78.278)	(71.810)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.938)	7.577
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	3.770	10.708
	6	10.708	3.131
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.938)	7.577

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Argo VI" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5° andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Esperanza Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo VI

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da referida empresa, alterando sua razão social de Esperanza Transmissora de Energia S.A. para Argo VI Transmissão de Energia S.A., e alterando também, sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;

- LT 500 kV Quixadá Açu III, 241 km;
- LT 500 kV Açu III João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III Ceará Mirim II, 61,45 km; e
- LT 230 kV João Câmara II Ceará Mirim, 65 km;
- LT 500 kV Açu III João Câmara III, 126 km.

Em 14 de março de 2018, conforme Carta ONS - 0238 - DTA - 2018 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Argo VI.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 48.835 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 94.748 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Em maio de 2023, a subestação Jandaíra iniciou sua operação comercial, a Companhia recebeu a subestação com seus ativos como doação da ALUPAR, e recebe uma RAP de O&M por ser responsável pela operação e manutenção dos ativos recebidos.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Licenças Ambientais

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental de Argo VI Transmissão de Energia S.A de . é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Argo VI Transmissão de Energia S.A. apresenta o seguinte prazo de validade da licença ambiental requerida para a operação da LT 230 kV Ceará-Mirim II - João Câmara II, LT 500 kV Açú III – João Câmara III, LT 500 kV João Câmara III - Ceará-Mirim II, LT 500 kV Quixadá - Açu III C1, SE Açu III, SE Monte Verde, SE Jandaira, Seccionamento da LT 500kV Açú III e Seccionamento da LT 500kV Monte Verde:

- Licença de Operação nº 135580/2019, obtida em 24 de outubro de 2019 e válida por 06 anos.
- Licença de Operação nº 138667/2019, obtida em 23 de janeiro de 2020 e válida por 06 anos.
- Licença de Operação nº 153241/2020, obtida em 25 de novembro de 2020 e válida por 06 anos.
- Licença de Operação nº 02001.005134/2014, obtida em 06 de março de 2028 e válida por 10 anos.
- Licença de Operação nº 174137/2021, obtida em 28 de junho de 2022 e válida por 6 anos.
- Licença de Operação nº 185495/2022, obtida em 23 de março de 2023 e válida por 6 anos.
- Licença de Operação nº 157171/2020, obtida em 12 de fevereiro de 2021 e válida por 6 anos.
- Licença de Operação nº 169308/2021, obtida em 15 de março de 2022 e válida por 6 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção de licenças, são necessárias autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo "IASB – International Accounting Standards Board".

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 27.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- Avaliação de instrumentos financeiros são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.
 - O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.
- Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com
 base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das
 respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como
 experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela
 entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

4.5 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de

Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

Políticas contábeis significativas 5

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações:

- a) Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)
- (i) CPC 06 Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
- (ii) CPC 47 PECLD Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) Fornecedores: A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- Pessoal Estagiários: as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.
- d) Imobilizado: abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.
- Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como: abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento - P&D e eficiência energética - EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

5.1 **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.3 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

5.4 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado

ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- Custo amortizado: Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanco, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

5.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação	
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado	
Fundo vinculado – Caixa restrito	Valor justo através do resultado	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	
Outros ativos	Custo amortizado	

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação	
Fornecedores	Custo amortizado	
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado	
Debêntures	Custo amortizado	
Outros passivos	Custo amortizado	

5.6 Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidos no exercício apresentado.

5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

5.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	3.770	10.708
Total	3.770	10.708

7 Títulos e valores mobiliários

7.1 Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários (*)	21.009	13.276
Total	21.009	13.276

^(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 107,05% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2023 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração, a partir do exercício de 2023, na utilização desses recursos.

7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva **	25.691	19.898
Total	25.691	19.898

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva", o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,74% do CDI (98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de Uso de Rede Elétrica	11.696	11.077
Total	11.696	11.077

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a vencer	9.441	9.525
Títulos vencidos em até 30 dias	56	-
Títulos vencidos em até 90 dias	1.456	783
Títulos vencidos há mais de 90 dias	743	769
	11.696	11.077

9 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar *	98	419
Total	98	419

^(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.860	800
Total	1.860	800

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	643.291	52.064	(60)	-	-	695.295	52.004	(118.942)	576.353	541.445	86.091	(2.601)	83.490
Terrenos	280	-	-	-	-	280	-	-	280	280	280	-	280
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.870	19.175	-	-	-	37.045	19.175	(2.858)	34.187	15.980	28.113	(797)	27.316
Máquinas e equipamentos	625.141	32.889	(60)	-	-	657.970	32.829	(116.084)	541.886	525.185	57.698	(1.804)	55.894
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	12	-	-	-	12	12	(1)	11	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	12	-	-	-	12	12	(1)	11	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	643.291	52.076	(60)	-	-	695.307	52.016	(118.943)	576.364	541.445	86.091	(2.601)	83.490
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	3.947	245	-	(2.935)	-	1.257	(2.690)	-	1.257	3.947	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.010	-	-	-	-	1.010	-	-	1.010	1.010	-	-	-
Outros	2.937	245	-	(2.935)	-	247	(2.690)	-	247	2.937	-	-	-
Administração	-	-	-	-		-	-		-		-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.947	245	-	(2.935)	-	1.257	(2.690)		1.257	3.947		-	-
Total do ativo imobilizado	647.238	52.321	(60)	(2.935)		696.564	49.326	(118.943)	577.621	545.392	86.091	(2.601)	83.490

Argo VI Transmissão de Energia S.A. Demonstrações Contábeis Regulatórias Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	526.402	34.027	-	82.862	-	643.291	116.889	(101.846)	541.445	526.402	34.027	(496)	33.531
Terrenos Edificações, obras civis e benfeitorias	7.490	280 8.938	-	1.442	-	280 17.870	280 10.380	(1.890)	280 15.980	7.490	280 8.938	(130)	280 8.808
Máquinas e equipamentos	518.912	24.809	-	81.420	-	625.141	106.229	(99.956)	525.185	518.912	24.809	(366)	24.443
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	526.402	34.027	-	82.862	-	643.291	116.889	(101.846)	541.445	526.402	34.027	(496)	33.531
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	816	3.131	-	-	-	3.947	3.131	-	3.947	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	816	194	-	-	-	1.010	194	-	1.010	-	-	-	-
Outros	-	2.937	-	-	-	2.937	2.937	-	2.937	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	816	3.131	-	-	-	3.947	3.131		3.947	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	527.218	37.158	-	82.862	-	647.238	120.020	(101.846)	545.392	526.402	34.027	(496)	33.531

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.175	-	-	19.175
Máquinas e equipamentos	32.901	14	231	33.146
Total das Adições	52.076	14	231	52.321

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	2.704	-	-	-	-	2.704	=	_	2.704	2.704
Servidões	2.704	-	-	-	-	2.704	-	_	2.704	2.704
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.704	-	-	-	-	2.704			2.704	2.704
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	2.175	-	-	-	-	2.175	-	-	2.175	2.175
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.175	-	-	-	-	2.175	-	-	2.175	2.175
Administração	-	-	_	_	_	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.175	_	-		-	2.175			2.175	2.175
Total do ativo Intangível	4.879			-		4.879		-	4.879	4.879

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	2.704	-	-	-	-	2.704	•		2.704	2.704
Servidões	2.704	-	-	-	-	2.704	-	-	2.704	2.704
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	_	-	_	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	_	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.704	-	-	-	-	2.704			2.704	2.704
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	2.416	3	(244)	-	-	2.175	247	_	2.175	2.416
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.416	3	(244)	-	-	2.175	247	-	2.175	2.416
Administração	_	_	_			_	_	_	-	_
Softwares	_	_	_	-	_	_	_	-	_	_
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.416	3	(244)	-	-	2.175	247		2.175	2.416
Total do ativo Intangível	5.120	3	(244)			4.879	247		4.879	5.120

13 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	1.144	388
Total	1.144	388

14 Encargos Sociais e Trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	12	-
Provisão de bônus	64	-
Provisão de férias	55	-
Encargos trabalhistas	54	-
Total	185	-

15 Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Pis e COFINS	1.764	927
ICMS	6	-
ISS de terceiros	43	21
Outros tributos	301	73
Total	2.114	1.021

16 Obrigações regulatórias

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para P&D	996	1.019
Encargos regulatórios a recolher	151	74
Total	1.147	1.093

^(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP — Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

J	Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
	784	20.852	219.908	241.544

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2022	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2023
273.928	22.691	(17.582)	(20.728)	258.309	22.027	(19.208)	(19.584)	241.544
273.928	22.691	(17.582)	(20.728)	258.309	22.027	(19.208)	(19.584)	241.544

Em 20 de abril de 2017, a Argo VI firmou um contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 297.982, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,12% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos são pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2018, e sua liquidação está prevista para 15 de agosto de 2032. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros		Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Dara próxima amortização	Vencimento final	1	Sistemática amortização
BNDES	20/04/2017	Fiança	TJLP	2,12%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/08/2032	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2023
2025	22.544
2026	22.544
2027	24.372
2028 em diante	150.448
Total	219.908

Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES ('Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VI;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

• Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

18 Debêntures

A composição das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e Variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2022	Juros e Variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Saldo final 31/12/2023
98.668	11.886	(8.292)	(6.548)	95.714	10.303	(10.128)	(6.250)	89.639
98.668	11.886	(8.292)	(6.548)	95.714	10.303	(10.128)	(6.250)	89.639

Em 09 de novembro de 2017, a Argo VI realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 87.000, com vencimento em setembro de 2030 e taxa de remuneração de IPCA + 6,7968% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 18/2014-ANEEL. A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2023
2025	13.925
2026	15.606
2027	15.606
2028 em diante	30.372
Total	75.509

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela
 do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais
 acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

• Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

18.1 Dívida líquida

		Juros de	Principal de	Principal e		
Dívida bruta	Nota	curto prazo	curto prazo	juros de LP	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Financiamentos	17	784	20.852	219.908	241.544	258.308
Debentures	18	5.082	9.048	75.509	89.639	95.714
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	6	-	3.770	-	3.770	10.708
Fundo vinculado - caixa restrito	7.1	-	-	25.691	25.691	19.898
Títulos e valores mobiliários	7.2		21.009		21.009	
Dívida Líquida		5.866	5.121	269.726	280.713	323.416

19 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 360 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços

corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S.A	31/07/2024	360	364	(4.145)	(364)
Total		360	364	(4.145)	(364)

19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas com probabilidade de perda provável perfazem o montante de R\$ 957 (R\$ 567 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2022	Provisão	31/12/2023
Contingência Trabalhista	555		13
Contingência Fiscal	-	282	389
Contingência Fundiário	12	-	555
Total	567	282	957

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte, ainda, em processos judiciais e administrativos cujo prognóstico de perda seja provável no montante de R\$ 21.993, tal montante já foi pago pela outra parte responsável do processo, conforme descrito abaixo.

Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho ANEEL nº 404, de 14 de fevereiro de 2023, referente à decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL em face ao Recurso Administrativo apresentado pela concessionária Argo VI, atual denominação da Esperanza Transmissora de Energia S.A., no âmbito do Processo nº 48500.006280/2018-92, que decidiu por (i) não reconhecer a excludente de responsabilidade em vista do atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão 500 kV Quixadá - Açu III referente ao Contrato de Concessão nº 018/2014-ANEEL; (ii) aplicar a penalidade de multa prevista no Edital do Leilão nº 013/2013-ANEEL, no valor atualizado, até outubro de 2022, de R\$ 21.993; (iii) em caso de não pagamento da multa, determinar a execução da Garantia de Fiel Cumprimento em valor suficiente para quitação da referida multa e; (iv) confirmado o devido pagamento total da multa, caso não existam eventuais débitos perante a ANEEL, liberar a garantia de fiel cumprimento aportada.

Em face da referida decisão, em 06 de março de 2023, foi apresentado tempestivamente o pedido de reconsideração junto à ANEEL, o qual se encontra pendente de julgamento pelo colegiado do referido órgão. Adicionalmente, houve a propositura de medida judicial (Mandado de Segurança), com caráter liminar, visando à suspensão da exigibilidade da multa cobrada pela ANEEL, enquanto a discussão é tratada administrativamente. Registre-se que o pleito liminar foi negado em primeira instância, não tendo a Argo VI obtido sucesso na suspensão da exigibilidade da multa até a data limite para o pagamento, em 20 de março de 2023.

Dessa forma, no próprio dia 20 de março de 2023, a Argo VI procedeu à retirada da Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento da referida multa, que foi tempestivamente adimplida, porém sem o efetivo desembolso do montante pela Companhia. A guia com o valor integral da multa de R\$ 21.993 foi quitada diretamente pela Cymi Construções e Participações S.A. ("CYMI"), em cumprimento às obrigações e responsabilidades pactuadas no âmbito de instrumentos contratuais vigentes entre a Companhia e as empresas do grupo CYMI.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

Ainda, a Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 52.280 (R\$ 55.751 em 31 de dezembro de 2022). Do saldo apresentado, as causas substanciais são: (i) R\$ 30.863 (66%) referente ao processo judicial iniciado em 2017 pela empresa SG Engenharia e Construção Ltda. e, relacionado a ação rescisória envolvendo contrato de execução da obra, conjugada com a petição com pedido de cobrança para pagamento de dívida trabalhistas; (ii) R\$ 15.698 (34%) referente a ação rescisória contratual em que a SG Engenharia e Construção Ltda. pleiteia indenização por rescisão contratual e pagamento de dívidas trabalhistas.

21 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 215.600.280 (duzentos e quinze milhões, seiscentos mil, duzentos e oitenta reais), dividido em 215.600.280 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022			
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%		
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	215.600.280	100%	215.600.280	100%		

21/12/2022

21/12/2022

21.1 Reservas de lucros

21.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

21.1.2 Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 34.621 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

21.1.3 Incentivos fiscais

Foi garantido a Companhia Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

21.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9° da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido societário do exercício	55.014	57.668
Reserva legal - (5%) Reserva de Incentivo Fiscal	(2.751) (6.102)	(2.883) (4.777)
Lucro líquido ajustado	46.161	50.008
Reserva de Lucros	34.621	30.709
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	462	-
Dividendos adicionais propostos	11.078	-
Juros sobre capital próprio	-	19.299

22 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	100.401	96.660
Receita Despacho 1844/17	2.631	403
Receita bruta	103.032	97.063
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(9.789)	(9.151)
(-) Encargos regulatórios	(1.220)	(1.174)
Receita líquida	92.023	86.738

23 Custos e despesas por natureza

31/12/2023	31/12/2022
	-

Custo gerenciáveis - Parcela "B"

Pessoal e administradores	(3.113)	(206)
Materiais	(369)	(106)
Serviços de terceiros	(10.267)	(7.292)
Arrendamentos e aluguéis	(328)	(34)
Depreciação e Amortização	(15.001)	(19.227)
Seguros	(289)	-
Tributos	(23)	(71)
Provisão para contingência	(389)	-
Outros gastos operacionais	(67)	138
Total	(29.846)	(26.798)

24 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		_
Receitas de aplicações financeiras	5.964	3.953
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(277)	-
Outras receitas financeiras	13	5
Total	5.700	3.958
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(23)	(16)
Juros e variação monetária	(32.331)	(34.577)
Outras despesas financeiras	(227)	(754)
Total	(32.581)	(35.347)
Resultado financeiro líquido	(26.881)	(31.389)

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	35.296	28.551
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(12.001)	(9.707)
Benefício fiscal	6.318	4.777
Prejuízo fiscal e base negativa	7.282	-
Juros sobre capital próprio	-	6.561
Adições e exclusões pernamentes	585	(24)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(655)	(438)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(1.529)	(1.169)
Alíquota efetiva	6.19%	5,63%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

25.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.122	5.122
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	35	35
Compensação do prejuízo fiscal	(474)	(474)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.683	4.683
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	(343)	(343)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	(312)	(312)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.028	4.028

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Hierarquia do valor justo

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Hierarquia	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	21.009	13.276	21.009	13.276
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	25.691	19.898	25.691	19.898
Total			46.700	33.174	46.700	33.174
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	3.770	10.708	3.770	10.708
Concessionárias e permissionárias	8	2	11.696	11.077	11.696	11.077
Outros ativos		2	5.570	2.462	5.570	2.462
Total Ativo			21.036	24.247	21.036	24.247
Passivos financeiros:						
Outros passivos financeiros:						
Fornecedores	13	2	1.144	388	1.144	388
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	360	364	360	364
Empréstimos e Financiamentos	17	2	241.544	258.309	241.544	258.309

Debêntures	18	2	87.572	95.714	89.639	95.714
Outros passivos			4.597	1.647	4.597	1.647
Total Passivo			335.217	356.422	337.284	356.422

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- Nível 1 avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

26.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

26.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 11.696 (R\$ 11.077 em 31 de dezembro de 2022).

26.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

26.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.144	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	21.636	22.544	22.544	174.820
Debêntures	14.130	13.925	15.606	45.978
Total	36.910	36.469	38.150	220.798

26.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Cenário

Operação	Risco	Total	I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	3.770	439	329	220
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	21.009	2.448	1.836	1.224
Fundos restritos	Redução do CDI	25.691	2.993	2.245	1.497
Instrumentos financeiros ativos		50.470	5.880	4.410	2.941
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	241.544	15.821	11.866	7.911
Debêntures	Aumento do IPCA	89.639	3.496	2.622	1.748
Instrumentos financeiros passivos		331.183	19.317	14.488	9.659

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	Seguradora	Valor segurado	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

28 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

28.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

			31/12/2023			31/12/2022	
<u>ATIVO</u>	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.770	-	3.770	10.708	-	10.708
Títulos e valores mobiliários	7.1	21.009	-	21.009	13.276	-	13.276
Concessionárias e permissionárias	8	11.696	-	11.696	11.077	-	11.077
Despesas pagas antecipadamente	9	98	-	98	419	-	419
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	1.860	-	1.860	800	-	800
Outros tributos a compensar		806	-	806	19	-	19
Outros ativos		5.570	-	5.570	3.017	(555)	2.462
Ativo da concessão	28.3	103.672	(103.672)	-	99.353	(99.353)	-
Total do ativo circulante		148.481	(103.672)	44.809	138.669	(99.908)	38.761
NÃO CIRCULANTE							
Ativo da concessão	28.3	844.680	(844.680)	_	822.226	(822.226)	_
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	25.691	-	25.691	19.898	-	19.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos		_	4.028	4.028	_	4.683	4.683
Estoque - almoxarifado		2.240	_	2.240	_	_	_
Outros ativos		245	(245)	-	2.937	(2.937)	_
Imobilizado	11	12	577.609	577.621	-	545.392	545.392
Intangível	12	-	4.879	4.879	-	4.879	4.879
Total do ativo não circulante		872.868	(258.409)	614.459	845.061	(270.209)	574.852
TOTAL DO ATIVO		1.021.349	(362.081)	659.268	983.730	(370.117)	613.613

Argo VI Transmissão de Energia S.A. Demonstrações Contábeis Regulatórias Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

				31/12/2023			31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	1.144	-	1.144	388	-	388
Encargos sociais e trabalhistas	14	185	-	185	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	21.636	-	21.636	19.935	-	19.935
Debêntures	18	14.130	-	14.130	11.666	-	11.666
Obrigações tributárias	15	2.114	-	2.114	1.021	-	1.021
Obrigações regulatórias	16	1.147	-	1.147	1.093	-	1.093
PIS e COFINS diferidos	28.3	9.590	(9.590)	-	9.190	(9.190)	-
Dividendos a pagar		20.817	-	20.817	-	_	-
Contas a pagar - partes relacionadas	19	360	-	360	364	-	364
Outros passivos		4.597	-	4.597	1.647	-	1.647
Total do passivo circulante		75.720	(9.590)	66.130	45.304	(9.190)	36.114
		·					
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	17	219.908	_	219.908	238.374	_	238.374
Debêntures	18	75.509	_	75.509	84.048	_	84.048
Contingências passivas	20	957	_	957	567	_	567
Imposto de renda e contribuição social diferidos		128.746	(128.746)	<u>-</u>	111.202	(111.202)	-
PIS e COFINS diferidos		78.133	(78.133)	_	76.056	(76.056)	_
Obrigações vinculadas à concessão		-	83.490	83.490	-	33.531	33.531
Total do passivo não circulante		503.253	(123.389)	379.864	510.247	(153.727)	356.520
				 -			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21						
Capital social		215.600	-	215.600	215.600	-	215.600
Reservas de lucros		215.698	(55.853)	159.845	212.579	(55.853)	156.726
Prejuízos acumulados		_	(173.249)	(173.249)	_	(151.347)	(151.347)
Dividendos adicionais propostos		11.078	-	11.078		-	-
Total do patrimônio líquido		442.376	(229.102)	213.274	428.179	(207.200)	220.979
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.021.349	(362.081)	659.268	983.730	(370.117)	613.613

28.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

			31/12/2023			31/12/2022	
<u> </u>	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade							
Receitas							
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	103.032	103.032	-	97.063	97.063
Receita de remuneração do ativo de contrato		118.372	(118.372)	-	100.911	(100.911)	-
Receita de operação e manutenção		9.324	(9.324)	-	10.083	(10.083)	-
Parcela Variável e outras deduções Ganho de eficiência		(507)	507	-	(477)	477	-
Outras Receitas		2.616	(2.616)	-	12.978	(12.978)	-
Outras Receitas		2.010	(2.010)	-	12.978	(12.976)	-
Tributos		=					
(-) PIS/COFINS Diferidos		(2.476)	2.476	-	(2.445)	2.445	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(9.789)	-	(9.789)	(9.151)	-	(9.151)
Encargos – Parcela "A"							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(258)	-	(258)	(347)	-	(347)
F.N.D.C.T.	22	(383)	-	(383)	(347)	-	(347)
M.M.E	22	(187)	-	(187)	(174)	-	(174)
TFSEE.	22	(392)	-	(392)	(306)	-	(306)
RECEITA LÍQUIDA		116.320	(24.297)	92.023	110.725	(23.987)	86.738
Custos gerenciáveis – Parcela "B"	23						
Serviços de terceiros	23	(10.267)	_	(10.267)	(7.292)	_	(7.292)
Custo de construção		(369)		(369)	(106)	_	(106)
Materiais		(289)	_	(289)	(100)	_	(100)
Seguros		(328)	_	(328)	(34)	_	(34)
Arrendamento e aluguéis		(3.113)	-	(3.113)	(1.765)	1.559	(206)
Pessoal		(23)	-	(23)	(71)	-	(71)
Tributos		(389)	-	(389)		-	-
Depreciação e Amortização		(1)	(15.000)	(15.001)		(19.227)	(19.227)
Outros		(572)	505	(67)	912	(774)	138
RESULTADO DA ATIVIDADE		100.969	(38.792)	62.177	102.369	(42.429)	59.940
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	24	5.700	_	5.700	3.958	-	3.958
Despesas financeiras	24	(32.581)	-	(32.581)	(35.347)	-	(35.347)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		74.088	(38.792)	35.296	70.980	(42.429)	28.551
Despesas com impostos sobre os lucros							
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	25	(1.529)	_	(1.529)	(1.169)	_	(1.169)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	25	(17.545)	16.890	(655)	(12.143)	11.705	(438)
Resultado líquido das operações em continuidade		55.014	(21.902)	33.112	57.668	(30.724)	26.944
			\/			(- *** /	

28.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

28.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, consequentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

28.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

28.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

2023

2022

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	442.376	428.179
Ativo de Contrato (CPC 47)	(948.352)	(921.579)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	582.243	546.779
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	132.774	115.885
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	87.723	85.246
Obrigações vinculadas à concessão - (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(83.490)	(33.531)
Patrimônio líquido regulatório	213.274	220.979

28.3.4 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

2022

2022

28.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

28.3.6 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

28.3.7 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais".

28.3.8 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, consequentemente, em despesas com depreciação/amortização.

28.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação lucro (prejuízo) societário e regulatório

	2023	2022
Lucro líquido societário	55.014	57.668
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(26.773)	(26.432)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	2.476	2.445
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	505	785
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	16.890	11.705
Depreciação regulatória	(15.000)	(19.227)
Lucro líquido regulatório	33.112	26.944

Simone Borsato Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins Controller CRC/RJ 116409/O